



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO Número /XII (.ª)
- PERGUNTA Número /XII (.ª)

Assunto: Junta de Freguesia de Fiães enterra alimentos e lixos em terreno baldio

Destinatário: Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Exmº. Senhor Presidente da Assembleia da República

Chegou ao conhecimento do Bloco de Esquerda que, na passada terça-feira, dia 19 de junho, funcionários da Junta de Freguesia de Fiães, enterraram alimentos em terreno baldio, tendo sido inclusive fotografados, fotos essas entregues ao SEPNA.

Segundo conseguimos apurar, os alimentos depositados pertenciam a uma IPSS da freguesia, que alegadamente terá solicitado à Junta de Freguesia para os transportar e depositar no aterro sanitário da freguesia de Canedo.

A situação aqui descrita é muito grave, tratando-se de um crime ambiental levado a cabo por uma entidade pública, entidade esta que revela falta de sensibilidade e falta de respeito pelas questões ambientais, colocando em causa a saúde pública.

Quando todos consideravam que era impossível voltar a cometer o mesmo erro, esta segunda-feira, dia 25 de junho, vários cidadãos testemunharam o depósito de sacos pretos num terreno muito próximo do local onde na passada semana tinha sido depositado alimentos, por parte de funcionários da Junta de Freguesia de Fiães.

Segundo foi possível apurar, foi apresentada queixa na GNR de Lourosa e o SEPNA terá sido chamado ao local.

Este tipo de práticas são intoleráveis, com a agravante de serem praticados por uma entidade pública, de forma reiterada, revelando, por parte de quem gere esta Junta de Freguesia, uma incapacidade total de respeitar as normas básicas de respeito pelo ambiente e pela saúde pública.

Deste modo, espera-se, por parte do Ministério do Ambiente, uma rápida intervenção e o encaminhamento deste processo para a entidades competentes, de modo a que os responsáveis por este crime ambiental sejam devidamente advertidos e sancionados.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território as seguintes questões:

1. O governo tem conhecimento destes crimes ambientais?
2. Que medidas pretende o governo desencadear junto da entidade que cometeu estes crimes ambientais?
3. O governo pretende desencadear em conjunto com o SEPNA uma investigação exaustiva para apurar se nesta freguesia houve mais crimes ambientais?



Bloco de Esquerda

Palácio de São Bento, 25 de junho de 2018



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**O deputado
Moisés Ferreira**